

Depois de Outubro, e agora? Ou as três mortes da Revolução Russa *

*Kiva Maidanik ***

O tema da origem, da gênese, da Revolução de 1917 (do ciclo de revoluções na Rússia), de seu caráter e forças motrizes, de sua trajetória e das razões de seu triunfo não fazem parte, a rigor, da minha exposição. Devo tecer, no entanto, algumas considerações a respeito destas questões, pelo menos de forma resumida, como se fosse um prólogo, porque, do contrário, a análise poderia tornar-se incompreensível.

I

Começaria por dizer que o ciclo das revoluções russas, de 1905 a 1921, não pode ser explicado nem reduzido a um só processo (ou fator) histórico, seja ele a “conspiração bolchevique (um marxismo mal assimilado)” – ou “judeu-maçônica” –, seja a I Guerra Mundial, seja como manifestação das idiossincrasias russas; ou ainda como expressão localizada de uma tendência universal à superação do capitalismo, ou como resultado da inexperiência da burguesia mundial.

As raízes – e, ao mesmo tempo, a árvore genealógica da Grande Revolução Russa – vinculam-se:

1. às *características essenciais específicas do desenvolvimento capitalista tardio* (do seu *segundo escalão*, da sua *semiperiferia*) e da *crise estrutural do processo de industrialização*, comuns às sociedades européias periféricas (e, em grande parte, à América Latina), a saber: debilidade dos fatores de impulsão, força das tendências alternativas ao capitalismo, justaposição de ciclos e fases críticas (separadas, no Ocidente, por períodos de prosperidade);

2. à *revolução democrática, antiabsolutista*, amadurecendo a partir do século XIX;

3. à *I Guerra Mundial* (1914-1917);

4. às peculiaridades singulares, nacionais, da sociedade e da história da

* Conferência proferida no Seminário História & Revolução, promovido pelo Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, em novembro de 1997.

** Pesquisador titular do Instituto de Economia Mundial e de Relações Internacionais da Academia de Ciências da Rússia.

Rússia que fizeram possível a *vitória* daquela *tendência anticapitalista* (antiburguesa) que era própria às revoluções engendradas e catapultadas por crise estrutural semelhante.

Ou seja, a derrubada do poder burguês e a tomada do poder pelo povo, hegemônico pelo proletariado urbano e dirigido pela vanguarda política bolchevique no outono de 1917, deveram-se:

- aos numerosos fatores de *impasse da via tradicional, ocidental, do desenvolvimento capitalista* em direção ao capitalismo maduro na Rússia. Impasse decorrente da força incomum alcançada pela resistência e inércia oferecidas pelo tecido societário às mudanças necessárias ao capitalismo; da defasagem entre estes elementos inerciais e o rápido crescimento econômico; e da impossibilidade de resolver este problema pela via das reformas, da evolução.
- ao caráter específico, singular, da situação *social nacional* e das *condições internacionais*. Queremo-nos referir aqui às debilidades – sobretudo políticas – da burguesia para o exercício da hegemonia; à força específica do proletariado; à mentalidade camponesa anticapitalista; à função particular, integradora, do Estado, que fizeram dele um alvo comum dos atores sociais; à situação de guerra e à ruptura interburguesa provocada por ela; e à localização e à vastidão do espaço russo.
- a uma *confluência* – mais orgânica do que em outras revoluções aparentadas (Finlândia, em 1918; alguns países latino-americanos ao longo do século XX; Espanha e Portugal na década de 1970) – dos diversos e heterogêneos impulsos e atores da luta *social*, tanto classista como popular, com outros impulsos e atores motivados pelas ânsias – e idiosincrasias – favoráveis à preservação e consolidação da *independência, da integridade e da identidade do país* e da sua civilização. Ou seja, a confluência entre o assalto ao céu – a ruptura – e a necessidade de manter-se na terra.

Assim, na encruzilhada de tendências históricas objetivas específicas, singulares, nacionais e universais, combinadas com uma capacidade, ou maturidade, insólita do fator subjetivo, aconteceu o que hoje, mais do que nunca, parece incrível: a Rússia atrasada e arruinada pela guerra deu à luz a primeira revolução vitoriosa na história da humanidade de caráter popular, proletário, antiburguês, que soube manter-se única, só, contra o mundo. Sobreviver a várias mortes, salvar a humanidade, imprimir sua marca na história do século – e desaparecer com ele...

II

Na ótica atual, os processos que acompanharam a revolução política de 1917–1921 desenvolveram-se na confluência de *duas* tendências históricas, ambas de *caráter alternativo* ao Ocidente capitalista.

A primeira, *social, subjetiva*, ideológica: em nome da justiça social e do poder dos trabalhadores, da superação da desigualdade e da lógica do capitalismo. Esta tendência *anticapitalista*, própria da Insurreição de Outubro, apoiava-se na consciência socialista da maioria e das vanguardas sociais e políticas.

A segunda, *nacional, principalmente objetiva*, direcionada à modernização, à industrialização da sociedade euroasiática, à superação do atraso econômico e cultural em relação ao capitalismo ocidental, à consolidação da independência da Rússia. Embora não figurando entre os principais motivos conscientes da ação revolucionária das massas em 1917, mobilizadas em torno de Paz, Terra, Todo poder aos *soviets*, Justiça Social e Liberdade, o imperativo nacional acabou sendo, para o mal ou para o bem, o mais duradouro, condicionando o desenvolvimento da Rússia/URSS nos decênios pós-revolucionários.

Assim, a revolução social que triunfou na Rússia nos anos 1917–1921, sem ser socialista *no sentido histórico previsto e analisado por Marx*, o da superação do capitalismo, deu origem a um novo tipo de sociedade, de desenvolvimento e de modernização, paralelos, alternativos, ao capitalismo industrial dos países de *primeiro escalão*.

Essa dualidade essencial do processo revolucionário russo pode ser uma chave para a compreensão dos acontecimentos desencadeados a partir de 1917...

III

Para os bolcheviques, o problema do *socialismo num país atrasado*, ou da tomada do poder pelo proletariado revolucionário num país onde não existiam, *segundo a perspectiva marxista*, as premissas materiais para a transformação socialista sempre foi de importância teórica decisiva.

Segundo Marx, a revolução vitoriosa no Ocidente seria uma espécie de locomotiva, arrastando, pelo exemplo, pela ajuda econômica e política, os países e sociedades atrasados no rumo das transformações socialistas. Já Lenin e os bolcheviques, nos anos 1905–1916, admitiam a possibilidade, e inclusive a probabilidade, da tomada do poder na Rússia – pelo proletariado aliado aos camponeses, no contexto de uma revolução democrática – desencadear a revolução socialista no Ocidente o que, por sua vez, permitiria consolidar a revolução política anticapitalista na Rússia.

Esta era, de fato, a ótica dos bolcheviques em 1917–1920.

Em seguida, a guerra civil e o *comunismo de guerra*, a estatização completa da produção e da distribuição, geraram a ilusão do *socialismo já existente* na Rússia que deveria manter-se até a vitória na *frente mais importante*, a do ocidente, da revolução mundial (1920–1921).

Mais tarde, nos anos 1921–1923, Lenin formularia o problema de uma nova forma, a da NEP (Nova Política Econômica): construir a base material do socialismo no país atrasado, isolado e cercado. Fazê-lo através de um recuo, do sacrifício parcial da socialização total anteriormente estabelecida e da competição entre o Estado socialista, proletário, e o setor privado, regulado em grande parte pelo mercado ressuscitado. Controlando este processo, auto-sustentado, semi-espontâneo, o poder pós-revolucionário era chamado a dirigi-lo, canalizá-lo pelo caminho da modernização econômica, social, cultural.

No contexto da íntima aliança das classes trabalhadoras (operários no poder e maioria camponesa) e da limitação do desenvolvimento do capitalismo, elevando o nível de vida da população e desenvolvendo a democracia interna do

Partido no poder. Ademais – aspecto crescentemente importante nos últimos escritos de Lenin –, lutando de modo mais amplo, consciente e implacável contra o perigo principal interno do processo pós-revolucionário de tipo russo: o *burocratismo*, a usurpação do poder e dos frutos da revolução pelo aparelho estatal pós-revolucionário, com seus interesses próprios, corporativos, separados do conjunto da sociedade.

IV

Este era o plano, a estratégia original de um processo de *evolução em direção ao socialismo*, no quadro de uma época de revolução social, aberta pela Revolução de 1917. Era uma estratégia de vanguardismo político, compreendida em toda a profundidade apenas por uma minoria da vanguarda. Enquanto *processo objetivo*, tratava-se de uma lógica decididamente não – e anti – Ocidental, uma *revolução invertida* em relação ao esquema histórico deduzido por Marx da história do desenvolvimento capitalista e que, durante decênios, servira de guia para a ação dos social-democratas ortodoxos: primeiro, a mudança radical do poder político; depois, o amadurecimento das novas relações de produção; em seguida, a criação de um paradigma técnico-econômico e cultural, um novo sistema de estruturas, fazendo ainda mais radical a diferença entre os países de *desenvolvimento tardio* (neste caso, alternativo) e os países de capitalismo avançado no Ocidente.

Daí o caráter *crítico* de todo o processo pós-revolucionário, que aparece como uma *sucessão de etapas de transformação qualitativa* da sociedade, de convulsões políticas não conhecidas na história do Ocidente, *posterior ao desenlace político da crise estrutural*.

No processo destas convulsões mudariam as características políticas e estruturais da sociedade pós-revolucionária, e também as correlações com os imperativos originais da revolução, socialista ou não. Só não mudou o *caráter alternativo* ao capitalismo.

V

O período 1922–1927 foi percebido – e não apenas hoje – como a *idade de ouro* do processo pós-revolucionário, como sua fase de evolução *socialista*.

No âmbito econômico-social e cultural a NEP foi mantida e, em geral, com êxito. Já em 1925–1926 era alcançado o nível da produção anterior à I Guerra Mundial e superado o nível de vida de então. O ritmo de crescimento da indústria e da classe operária aumentava. O mesmo se pode dizer das conquistas sociais dos trabalhadores, sua cultura, e dos elementos socialistas nas estruturas não-políticas da sociedade. Foram anos de maior pluralismo na cultura – e de maior impacto na cultura universal –, de florescimento da ciência, de melhoria nas relações interétnicas e de respeito pela dignidade humana. Neste sentido, a obra de Lenin permanecia viva, apesar de sua morte em 1924. O capitalismo nas cidades crescia mas era *controlado e limitado*, e perdia na competição com a indústria estatizada, planejada e, em certa medida, administrada *por baixo*. Os conflitos sociais eram canalizados. A economia e a sociedade, como conjunto, eram *híbridas*, integradas por aspectos e relações socialistas, capitalistas,

estatistas, havendo também lugar para a pequena produção mercantil. Embora se desenvolvessem os elementos socialistas, a natureza das relações sociais *em torno e no interior* do Estado constituíam sempre uma grande questão em relação ao futuro...

VI

Na verdade, no âmbito político, crucial, segundo a lógica da *revolução invertida*, acumulavam-se, nesses anos da *idade de ouro*, contradições de enorme potencial trágico. Provinham da esfera *política*, do sacrifício da democracia política pluralista, um preço muito alto que fora preciso pagar para garantir a vitória do povo isolado na guerra civil; e do enorme aparelho estatal, uma tradição russa que remonta ao jugo tártaro e à luta contra ele, passando por Ivã, o Terrível, Pedro, o Grande e pelo absolutismo dos séculos XIX e XX, reforçada agora drasticamente pela lógica da *revolução invertida* e suas especificidades. Originavam-se também da aberração ideológica, fatal à maior parte da vanguarda política – mas que não pode ser imputada a Lenin ou a Trotsky – pela qual se associava *mais Estado a mais socialismo*...

Na década de vinte o Estado crescia rapidamente, multiplicavam-se os funcionários públicos ... Assim, ia-se impondo o perigo denunciado desde os anos 1920–1921 por Lenin e por Trotsky sob o nome de *burocratismo*. A direção política pouco a pouco separava-se das massas, enquanto o Partido, cada vez mais, substituía o Estado e o imitava em suas normas de funcionamento (nomeação dos quadros de cima para baixo).

Depois da morte de Lenin acelerou-se o processo de transformação do Estado e do Partido em *algo distinto*, com interesses corporativos e privilégios próprios e cada vez mais longe das classes de onde provinham seus quadros. E tanto mais quanto a luta, extremamente exacerbada entre as diferentes tendências pela direção do Partido Comunista, deu a vitória à mais *estatista* e menos democrática dentre elas, a menos voltada para a sociedade civil, aquela com maior apego aos métodos de *mando*, a mais inclinada às opções simplistas, ao subjetivismo, ao personalismo.

Os elementos de pluralismo político quase não se expunham fora do partido e, a cada ano, eram cada vez mais *bloqueados* dentro dele.

O *Testamento Político* de Lenin virara *letra morta*; não só a sua *letra* mais importante – a destituição de Stalin – como seu espírito antiburocrático.

Dada a situação existente, onde o caráter das relações sociais de produção era condicionado pelas características do poder político – democracia ou dominação/alienação –, a involução *estatista* e corporativa do poder punha em perigo imediato o próprio caráter do processo alternativo – socialista, emancipador, popular. A sociedade pós-revolucionária anticapitalista, no rumo da modernização socialista da década de 1920, já estava desorientada antes de chegar o momento da encruzilhada decisiva. O que foi fatal para o *assalto ao céu*.

VII

O Golpe, mal percebido no início pela maioria – no país e no mundo –

começou em fins de 1928.

Em sua primeira fase, como quase sempre acontece às *pós-revoluções* deste tipo, a viragem foi constituída pelos seguintes aspectos:

1. *O fim da NEP* – como proposta de desenvolvimento harmônico, com elementos de auto-sustentação, sem rupturas sociais entre os trabalhadores e sem mudanças abruptas nos padrões de vida – a favor da *industrialização forçada* (a taxa de acumulação chegou a 42% em 1932);

2. O fim das relações tradicionais de mercado em favor do monopólio do sistema supercentralizado, onipresente e – supostamente – onipotente;

3. A guerra de *exterminio* contra a pequena propriedade e, portanto, contra os camponeses, contra a classe mais numerosa da URSS; a coletivização forçada da maioria do campesinato, com a destruição física de grande parte dele, os *kulaks* (camponeses ricos) e uma parte dos *camponeses médios*, sem contar as milhões de mortes provocadas pela fome organizada de 1932–1933;

4. *O fim definitivo* da democracia interna no Partido e do que restava dela na sociedade. A transformação definitiva do Partido Comunista em parte essencial do *Estado Total* dos Soviets – com funções de centro nervoso, de motor, de controle –, em órgão puramente administrativo. O fim da política fora do Estado.

5. A abolição das conquistas e instituições propriamente socialistas, participativas. A implantação e legitimação dos privilégios da camada governante, sua transformação em casta – num contexto de queda violenta do nível de vida da população;

6. O aumento da repressão, o amadurecimento do *subsistema do medo*, ainda basicamente contra os *não-comunistas*; a consolidação rápida do culto do chefe máximo, da personalização do poder político.

Em resumo: o Estado *engoliu tudo*, todas as relações, as estruturas autônomas, as classes, a sociedade – tanto política quanto civil; todas as liberdades, todo o espontaneísmo social, secretando, *em troca*, a ditadura pessoal.

Tudo isto em nome da construção (forçada) do socialismo.

VIII

Assim, em lugar da sociedade construindo o socialismo, *surgiu* a sociedade do Estado total, dominada, *constituída*, por uma entidade de tipo classista, que chamaremos pelo nome – puramente convencional – de ESTATOCRACIA, um termo que nos parece mais adequado que burocracia (a serviço de quem?) ou nomenclatura, de origem puramente administrativa. Sua armação cristalizou-se precisamente na primeira metade da década de 1930, nas ruínas da NEP, *a serviço* da industrialização forçada e da formação acelerada de uma nova camada dirigente. Este sistema permaneceu – como veremos – bastante estável em sua base, apesar das enormes – e sangrentas – mudanças políticas de *superfície*.

Seus principais atributos eram:

1. A onipresença e onipotência do Estado – do seu aparelho, sua gente, sua força de decisão e imposição em todas as esferas e níveis da vida do país, no quadro da inexistência total da sociedade civil e de qualquer relação *horizontal*,

da extrema debilidade do mercado, cujas funções foram *usurpadas* pelo Estado;

2. O caráter quase monopólico da propriedade estatal (o *socialismo*). As empresas (inicialmente, milhares, depois, dezenas de milhares, em seguida, centenas de milhares) que integram esta *monopropriedade* são administradas segundo um plano geral elaborado pela Comissão Estatal do Planejamento – Gosplan, de *cima para baixo*, de modo vertical, de acordo com métodos não-econômicos.

3. A Estatocracia, a *nomenclatura do aparelho do Partido-Estado*, a usufrutuária da propriedade estatal, constituiu o grupo sociopolítico, e socioeconômico dirigente hegemônico – e privilegiado. Também, por sua vez, é administrada por métodos centralistas, verticais. Não compartilha o poder nem a propriedade com nenhum outro grupo – seja interno ou externo. A única linha divisória na sociedade é a que demarca a relação entre a Estatocracia e o *resto*, entre os que exercem o governo e os que são governados. Cada vez mais – *nós e eles*.

4. A sociedade não diferenciada, desde os fins da década de 1930, carece de esfera política específica. Não existe representação política de distintos interesses, já que oficialmente estes últimos não existem. Negada qualquer espontaneidade, qualquer competitividade sociopolítica. A vida e o desenvolvimento da sociedade são regidos pelos postulados da ideologia dogmática, comum, única e *eterna*, enquanto método e forma, pragmática – até o cinismo – no trato *prático* das realidades ...

IX

Este sistema, *estas* características, mantiveram-se sem maiores mudanças durante mais de sessenta anos.

Apesar disso, na URSS dos anos de 1930 a 1935, a *contra-revolução* (em relação ao conteúdo socialista e popular da revolução de 1917) estatocrática não se limitou a formar o Sistema, ao contrário da grande maioria de outras *estatocracias* que não chegaram ao stalinismo, ao menos não ao stalinismo maduro.

Uma série de condições e tendências conduziram a um novo contexto. De um lado, a persistência das piores tradições *nacionais*, de procedência direta ou indiretamente asiática, assim como a enorme força do elemento popular e socialista (massas e militantes favoráveis à revolução), que não se deixavam *extinguir sem resistência*, embora raramente consciente. De outro lado, os numerosos reveses da *nova linha* e a busca de *bodes expiatórios*, além da formação de uma consciência crítica por uma parte da elite pós-revolucionária que apoiara a *nova linha*, a respeito da lógica do terror e da tirania.

A combinação disto tudo – e mais as características pessoais do *chefe máximo* – levou à *segunda etapa* da involução política contra-revolucionária e anti-socialista. A onipotência da estatocracia pós-revolucionária degenerou no despotismo sanguinário do tirano baseado principalmente na ação dos órgãos de repressão direta. Foi isto que entrou na história com um nome próprio: *stalinismo*.

Durante os anos 1934–1939 foram política e fisicamente liquidados os

organismos e indivíduos que, em vinte anos, haviam realizado a Revolução – milhões deles, fundamentalmente, do próprio Partido Comunista. Acabou-se com o pluralismo e a autonomia na vida cultural. Começou-se a grande virada na letra *ideológica* – em direção ao nacionalismo, muito mais apropriado para a *burocracia* no poder. Apareceram – ou ampliaram-se – as estruturas do trabalho escravo, os campos do *Gulag*, e do trabalho semi-servil, agrupando dezenas de milhões de ex-camponeses. Estes eram obrigados a trabalhar inclusive sem remuneração, ganhando apenas acesso a uma pequena horta ou a um pequeno lote de terra ao lado da casa; não podiam sequer sair do campo porque não tinham direito a documentos indispensáveis a qualquer tipo de deslocamento (passaporte interno).

E mais uma vez tudo isto era apresentado como a continuação da Revolução de 1917 e da luta contra seus *inimigos eternos*, como a realização dos ensinamentos de Lenin, como a *onda do futuro*, a *grande esperança do socialismo e da humanidade*. E assim era percebido por dezenas de milhões de pessoas, dentro e fora do país. Às vezes pelos próprios massacrados, que morriam com o *Viva Stalin!* na boca ...

Assim, a sociedade soviética, a causa socialista e emancipadora nacional e global caíram na pior armadilha da história. A tragédia mais horrorosa na trajetória do movimento operário e popular, socialista e comunista. Vista em perspectiva, foi uma ruptura (a *queda do céu*) igual ou maior àquela que ocorreu em 1990–1992, embora a primeira tenha passado, em sua real dimensão, quase imperceptível, enquanto a segunda foi sentida como o *fim do século*, ou, pelo menos, como um dos três ou quatro grandes eventos do século.

X

O massacre do Partido Comunista, a implantação do stalinismo – o produto da *degeneração da involução* estatista – significaram, acreditamos, a *primeira morte da Revolução de 1917*. Há mais de 60 anos pagamos o preço desta derrota.

Apesar disso, não se trata apenas de elaborar uma constatação sobre a *certidão de morte*, mas de refletir sobre o problema da morte, rigorosamente ligado a vários problemas, fundamentais e entrelaçados. Como foi possível a vitória relativamente fácil da estatocracia contra a inércia e as estruturas da Grande Revolução, que, até certo ponto, eram também dela? Por que a derrota sangrenta desta revolução não foi percebida como tal pela maioria da população soviética – sempre numa situação de *mobilização pela causa*, ao menos nas cidades e entre os jovens – ou pela opinião pública no exterior? Como caracterizar a tendência histórica dominante na nova sociedade, suas relações objetivas com a sociedade pós-revolucionária do período de 1920 e com a Revolução de Outubro?

Vamos por partes.

Entre as muitas respostas à primeira questão, a que nos parece ir à essência do problema está relacionada com a *inércia*, com a *tradição secular da história e com a cultura* – e até com a *geografia* – nacionais.

Paradoxalmente, muitos fatores *nacionais* e *singulares* que facilitaram –

ou condicionaram – a vitória da Revolução de 1917 figuram também entre os que condicionaram o triunfo da estatocracia e, depois, do stalinismo. A mesma reflexão se aplica para a *ausência de tradições e estruturas da democracia pluralista política*, ou para a *autoridade indiscutível da Direção do Partido*.

Outros fatores foram a *ameaça da guerra e o fascismo* – de um lado, a sua dimensão real, exigindo disciplina, coesão, direção única; de outro lado, o seu uso propagandístico-demagógico nas campanhas contra a *sabotagem* e os *agentes do fascismo*.

Finalmente – e apesar do *peso decisivo* ganho pela corrente dirigida por Stalin e do peso particular de Stalin em sua própria corrente –, o que desempenhou um papel importante foi a perspectiva de evitar *a volta ao passado*, ou seja, a *restauração* da contra-revolução branca da burguesia, nacional ou imperialista.

Os anos do golpe estatista foram também os de maior esforço industrializante e do maior ritmo de urbanização e escolarização; e também de promoção/mobilidade social ascendente mais maciça: os milhões de ex-camponeses, de jovens, que ocupavam os cargos novos – ou *esvaziados*. Desde 1935, reiniciou-se o processo de elevação dos padrões de vida e das condições sociais.

Tudo isto foi apresentado e proclamado como a *prova indiscutível* do avanço e do triunfo do socialismo, sempre associados à idéia da eliminação da propriedade privada na equação mais Estado = mais socialismo.

Além disso, é muito importante dizê-lo, sobreviviam alguns elementos *positivos* do socialismo. Ou seja, não havia apenas ausência dos atributos essenciais do capitalismo e do mercado, mas também a presença de algo que pertence ao socialismo. Mortas as instituições, as relações e as estruturas do socialismo, segundo as propostas de Marx e de Lenin, algo deste permaneceu no terreno dos *valores*, da *ideologia*, professada e percebida, capaz de servir para a mobilização e para a automobilização das massas urbanas.

E, embora já de modo algo perverso, os valores do socialismo mantinham-se na política *internacional* da URSS, ao menos em alguns momentos e aspectos.

Todos estes processos – os avanços sociais gerados pela modernização, o ímpeto da industrialização, as maciças promoções individuais, a propaganda moderna e baseada (sempre!) principalmente na continuidade da revolução e do socialismo, a equiparação e a identificação entre *estatismo* (claro, o termo nem existia) e *socialismo*, a ameaça de guerra imperialista e, depois, do fascismo, a guerra na Espanha, os valores solidários e humanistas semeados pela Revolução na consciência das massas – tudo isto, de um modo ou de outro, impactou e condicionou o fenômeno da reação inadequada do povo ao que se passava.

Nunca seria demais sublinhar a importância da manutenção dos valores socialistas. No contexto de holocausto político, com o partido esmagado, surgiu a melhor – mais socialista, mais *guevarista* (a temática do *homem novo*) geração pós-revolucionária. Talvez ela *fosse capaz de ressuscitar* a revolução socialista morta – ou em coma.

XI

Até aqui a exposição referiu-se à dimensão *subjetiva* do processo.

Vejamos agora sua dimensão *objetiva*.

Nos anos de 1930, a sociedade pós-revolucionária na URSS desembocou em outra – nem socialista, ou no rumo do socialismo, nem capitalista, mas uma sociedade dominada e tragada pelo Estado e pela estatocracia. Uma sociedade onde a solução antidemocrática do problema do poder serviu de base para novas formas de exploração e alienação. Apesar de tudo, nem esta involução, nem a posterior degeneração stalinista, equivaleram ao fim do processo alternativo.

A URSS, nas décadas de 1930 e 1980, conservou, como organismo, como sociedade e como desenvolvimento – ou como estancamento – um caráter *alternativo* ao capitalismo e ao caminho ocidental. Tratava-se de uma *industrialização-modernização-integração da sociedade forçadas, realizadas fora da lógica do capitalismo e do mercado, sob o comando do Estado e do Plano, essencialmente fora da economia mundial*. As forças dominantes na sociedade não eram apenas constituídas por *verdugos*, mas também por *herdeiros* da conjuntura pós-revolucionária. Assim, durante as décadas de reação sociopolítica contra as estruturas e projetos de socialismo segundo as *propostas de Marx e de Lenin*, o *Estado total* e a estatocracia dominante, e o próprio povo soviético, continuavam realizando os imperativos da modernização, do desenvolvimento independente, do enfrentamento com o domínio imperialista – imperativos *alternativos*, que tinham seu ponto de partida na Revolução de Outubro. Por sua vez, esse fenômeno apresentava-se, nas conjunturas de instabilidade política, como um chão histórico para a recuperação da *perspectiva socialista*.

A industrialização autônoma do país, a defesa frente às ameaças e agressões externas, a superação da *heterogeneidade qualitativa* e atraso *cultural* da sociedade, a manutenção da unidade e integridade do país, sua transformação, em seguida, na base e no ponto de apoio das tendências de desenvolvimento alternativo em outros países e regiões do mundo, a derrota do maior perigo para o futuro da humanidade – o fascismo –, a contribuição essencial para as mudanças qualitativas no *centro* e na periferia do capitalismo, *a exploração do cosmo*, a conjuração da chantagem atômica e a capacidade de adiar por cinquenta anos a *situação atual de monocentrismo* – tudo isto, e muito mais, é inseparável da história universal e está relacionado com a ação histórica da *sociedade de Estado*, particularmente nos períodos entre 1941–1945 e 1953–1967. Era isto que se percebia, fora e dentro da União Soviética, como *socialismo*. Pode-se imaginar como ter-se-iam desenvolvido todos estes processos, e como seria a fisionomia do mundo, se não houvesse existido o *Estado total* ou o *socialismo na Eurásia*. Qual teria sido o *sujeito histórico* de todas estas *realizações*. Infelizmente, a história desconhece, ou ignora, este tipo de construções imaginárias, conjugadas no condicional ou no subjuntivo.

Na *história do indicativo* – sabemos-lo agora – o impulso socialista original, despojado das estruturas e instituições e de um desenvolvimento próprio, estava destinado, devido à sua inércia, a extinguir-se, mais cedo ou mais tarde, ou a degenerar definitivamente. *E isto não poderia deixar de afetar*

também a sorte do impulso modernizador, sobretudo se este não fosse capaz de secretar um mecanismo de desenvolvimento auto-sustentado, uma vez esgotadas as tarefas e a lógica da industrialização. *A sociedade do Estado total*, sabemos hoje, seria incapaz de realizar uma tarefa deste tipo.

Entretanto, adiantamo-nos demasiadamente em relação ao movimento da história real.

XII

As contradições e a dialética da situação histórica criada *pela derrota da tendência socialista no interior do processo alternativo* (sempre disfarçado em socialismo), evidenciaram-se e encarnaram-se na *Grande Guerra Pátria* antinazista de 1941–1945. De um lado, o corpo da tendência modernizadora. De outro, o *espírito* da tendência socialista – o espírito representa nas guerras uma força muito material. E, além disso, a tradição secular nacional, independentista, estatista.

O que salvou a URSS, tão debilitada pela repressão stalinista de 1936–1939, foi o sacrifício da *primeira geração socialista*. A economia modernizada permitiu sustentar quatro terríveis anos de guerra contra o exército e a economia militar mais fortes do planeta – e derrotá-los. Mas o imenso preço pago pela vitória – mais de 25 milhões de mortos – relacionou-se, em grande medida, aos métodos próprios do stalinismo, como seu total desprezo pelas vidas e pelas dores humanas.

Os primeiros anos de guerra foram os mais duros, particularmente porque o Estado debilitava a ressurreição dos elementos de liberdade, de participação popular e de ações *por baixo*. Tratava-se objetivamente de duas guerras, em confluência, travadas por dois sujeitos – o *povo e o Estado total* – contra o inimigo comum. Contudo, já a partir de 1943, reiniciou-se o processo de *apertar os parafusos*, de voltar à situação do pré-guerra. Agora com alguns agravantes, como a deportação de povos inteiros, a mudança – de fato – da ideologia oficial, desta vez em favor do nacionalismo, e a ressurreição de certos símbolos e tradições pré-revolucionárias.

Assim, a grande vitória de 1945 desembocou num fenômeno altamente contraditório: o povo e o regime soviéticos salvaram a humanidade, garantiram a liberdade dos povos da Europa, deram um enorme estímulo ao avanço de todas as causas progressistas da humanidade. Mas na própria URSS o Estado usurpou os frutos do sacrifício e do triunfo, truncando as esperanças de mais liberdade e bem estar, em parte devido às destruições monstruosas da guerra e aos imperativos da *Guerra Fria*, imposta pelos ocidentais. Mas também em função da própria natureza do regime stalinista. Desta vez não haveria nenhum tipo de NEP.

XIII.

As contradições internas do processo histórico da URSS continuaram agravando-se nos anos 1947–1953.

De um lado, o potencial econômico do país foi restabelecido em três anos, permitindo a abolição do racionamento. Em 1949, cancelou-se o monopólio

atômico dos EUA. A ajuda econômica e política da URSS tornou possível – ou criou melhores condições para – a vitória e o avanço das *revoluções anticapitalistas* nos países da Europa Central e da China.

De outro lado, os objetivos alcançados deviam-se, em grande e crescente medida, à superexploração do campesinato – cada vez mais, de tipo servil –, ao trabalho de milhões de presos do Gulag, ao crescimento e aprofundamento do subsistema do medo. A partir de 1947, recomeçou a brutal repressão, ampliada a cada ano, contra o povo que provava sua lealdade ao regime nos momentos mais difíceis. A ideologia oficial assumia cada vez mais um caráter nacionalista, sem falar no culto idolátrico a Stalin. Tiveram início os processos de degeneração na cultura e na ciência (à exceção do setor *militar*). A verticalização e a centralização da gestão política chegaram ao apogeu: no espaço de treze anos foi convocado um só congresso do PCUS (nos tempos de Lenin, o Partido reunia-se anualmente). A política ficou reduzida a intrigas, lutas – sangrentas – de palácio, crescendo o papel dos órgãos de segurança. No início da década de 1950, a tensão interna atingiu um clímax, gerando descontentamento e insurreição nos campos.

A estatocracia começou a dar-se conta da disfuncionalidade crescente das instituições de práticas do stalinismo. Tanto mais porque o ano de 1953 foi marcado pelo início de uma *nova fase de repressão geral*, como a de 1937–1938, precedida por uma ação tipicamente nazista: a deportação de judeus acompanhada por processos judiciais e por *progroms*. Surgiu uma situação impregnada pela ameaça de desestabilização e isolamento total da URSS. A estatocracia desejava manter seus privilégios e suas cabeças. Duas semanas antes dos primeiros *julgamentos exemplares* na nova série, Stalin morreu.

XIV

Todos os *companheiros de armas* do tirano falecido estavam de acordo, tanto em relação à necessidade de mudanças, quanto à sua urgência. Entretanto, cada qual tinha sua própria opinião a respeito de quem deveria liderar o processo – e de seus limites. Na luta complexa que se travou entre 1953 e 1955–1957, a velha direção do aparelho de segurança foi eliminada e o setor de tecnocratas do governo, marginalizado. Triunfou o grupo respaldado pela maioria dos dirigentes regionais do aparelho do PCUS, encabeçado pelo *último bolchevique* – Nikita Khruchev.

Do ponto de vista das mudanças, em certa medida, ocorreu um processo tanto paralelo como inverso ao ocorrido no *pós-Lenin* da década de 1920. Assumiu o poder um setor da estatocracia mais inclinado à abertura, preocupado com as necessidades sociais do povo, com uma certa inclinação populista.

As reformas de 1953–1959 afetaram todos os níveis, da política interna à externa da URSS. Eliminada a maioria das estruturas e práticas *propriamente stalinistas* do Estado total: os campos de trabalho escravo, os elementos de exploração feudal dos camponeses (restabelecimento do pagamento em salário aos kolkhozianos, reconhecimento do direito de circulação aos camponeses com outorga do passaporte interno), a prática da repressão política de massa. Reconhecido o caráter criminoso da repressão comandada por Stalin e o caráter

antimarxista do *culto à personalidade* (informes de N. Khruchev aos XX e XXI Congressos do PCUS).

A reforma do sistema de aposentadoria e a construção maciça de moradias, combinadas com o aumento de salários, conduziram a um ritmo de elevação do padrão de vida da população insólito depois do decênio de 1920. Ao mesmo tempo, desenvolviam-se os múltiplos processos de *abertura* mais ampla. Na política exterior, a reconciliação com a Iugoslávia, o Festival da Juventude de 1957, as propostas de aliança com o Terceiro Mundo e a distensão com o Ocidente. Internamente, o degelo na ideologia e na cultura.

O *novo rumo* levou a um ambiente geral melhor, na sociedade e na economia – apesar de uma redução na taxa de acumulação. Foi a época dos maiores êxitos da URSS na ciência, na tecnologia (o *Sputnik*) e na educação. O início de uma nova fase de industrialização, o atingimento de um equilíbrio estratégico-militar qualitativo com os EUA.

Foi a Idade de Ouro do *processo alternativo*, da *modernização alternativa* na URSS. De fato, no começo da década de 1960, a evolução econômica, social e cultural levou a URSS à superação do fosso secular, que sempre a separara dos países do capitalismo avançado.

Já éramos uma sociedade industrializada, reconstruída e urbanizada: na década de 1950, os setores industriais responsabilizavam-se por dois terços da renda nacional, agrupando quase metade da população economicamente ativa (contra apenas 17% em 1917). Desde 1961, a maioria da população passa a viver nas cidades. O atraso absoluto foi superado em relação aos países do Ocidente e reduzido em relação aos EUA, o mesmo se verificando quanto à produção *per capita*. A URSS afirmava-se pelo potencial militar, baseado nas armas mais sofisticadas da época, pelo melhor sistema educacional e potencial científico do mundo, por um dos mais altos graus de autonomia e invulnerabilidade econômica externa e por um ritmo de crescimento de 10% ao ano.

Foi também o período da consolidação do sistema socialista *entre o Elba e o Mekong*, da derrota do colonialismo, da Revolução Cubana, do crescimento vertiginoso da autoridade da URSS no conjunto do nascente Terceiro Mundo, da superação do isolamento internacional da URSS, do apogeu de sua importância internacional – *e da importância do desenvolvimento alternativo no processo histórico global*.

Em todo este processo, não esquecer que o Sistema manteve-se quase intato, ileso:

- o poder e a propriedade conservaram-se nas mãos da estatocracia;
- o desenvolvimento econômico permaneceu sob administração vertical;
- o nível de vida da população permanecia muito abaixo das sociedades do Ocidente;
- as instituições e as normas da democracia, da participação e do pluralismo político e ideológico continuavam a *brilhar pela ausência*.

Assim, *a sociedade do Estado total* que se impusera com o stalinismo e a ele sobrevivera, que realizara a acumulação e a utilização do excedente de modo mais rápido e feroz que o próprio capitalismo, acabou sendo *compatível e funcional* do ponto de vista das tarefas e imperativos da *industrialização forçada*

e autônoma, particularmente com as fases centrais e extensivas deste processo.

Foi este sistema – supercentralizado e superdistributivo, baseado em procedimentos administrativos, *não-econômicos* – que serviu na ex-Rússia, e em outras sociedades de desenvolvimento do capitalismo tardio, de armação para a *conformação da sociedade industrial* e para a *modernização* social e cultural do país. E para superar o atraso – qualitativo – e garantir a defesa e a independência, competindo com o Ocidente na arena global, na corrida armamentista, na educação, no Espaço e no Terceiro Mundo.

Na década de 1960, a meio caminho entre Outubro de 1917 e os dias de hoje, uma das finalidades objetivas da revolução fora alcançada. A ex-Rússia, num espaço de quarenta anos, transformara-se num país industrialmente modernizado e independente do ponto de vista econômico, cultural e militar.

Mais uma vez, ressurgia o problema de uma nova transição: a da sociedade alternativa, *estatal*, modernizada, em direção à realização dos objetivos sociopolíticos e ideológicos *originais* da Revolução. Ou seja, em direção ao socialismo. Como veremos, não se tratava apenas do *desejável*, de um anelo teórico-ideológico, mas do *necessário* para o desenvolvimento posterior, para a superação das últimas barreiras que continuavam separando a URSS da primeira linha do capitalismo avançado, para consolidar – *mudando* – a base do que fora conseguido.

Estamos tratando de chamar a atenção para a situação concreta e histórica da URSS destes anos porque se tratou de uma época muito específica, quando ocorreram o XX Congresso do PCUS, o Festival da Juventude em Moscou, em 1957, os vôos do *Sputinik* e de Gagarin, a solidariedade formosa com Cuba, o que torna, às vezes, tão difícil para as pessoas do Ocidente compreenderem o que aconteceria depois.

XV

As décadas de 1960 e 1970, suas contradições, opções e processos acabaram sendo decisivas para o destino do desenvolvimento alternativo e para o destino da URSS. Na verdade, foram fatais.

É que as bases do sistema do *ordeno e mando* – monolítico e monopolista – não foram colocadas em *xequê* por N. Khruchev ao longo do processo de desestalinização. Por algum motivo, a maior parte da *estatocracia* apoiara o processo na década de 1950.

O sistema possuía uma desmedida força de inércia, em grande medida devida aos êxitos obtidos na época da centralização *necessária* dos recursos, da industrialização, da reconstrução e obtenção do equilíbrio militar, e um poderoso corpo de defensores.

Entretanto, no decênio de 1960, o próprio desenvolvimento econômico – na URSS e no mundo – tornou o sistema *inadequado* aos novos imperativos do *desenvolvimento e da competitividade*. Em 1962–1963, apareceram imprevistas dificuldades econômicas e sociais: a primeira queda do ritmo de crescimento industrial (de 10% na década de 1950 para 6,6% em 1961), os primeiros aumentos de preços (carne e leite) desde o fim da II Guerra Mundial, a seca de 1962, mostrando a fragilidade dos avanços na agricultura. O debate econômico

na URSS (1963–1965), os próprios ziguezagues na política de N. Khruchev entre 1961 e 1964, a reforma dirigida por A. Kosyguin, em 1965, a Primavera de Praga, anos mais tarde, tudo isto indicava que a sociedade já tinha consciência da aproximação da crise e da urgência de mudanças.

A economia da URSS já se tornara muito grande e complexa para ser administrada a partir de um centro apenas. Esgotaram-se, pouco a pouco, as reservas do crescimento industrial extensivo, baseado no *mais – mais* mão-de-obra, *mais* empresas, *mais* caminhões, escavadeiras, aviões, aço, *mais* recursos naturais e financeiros, etc. – e na mobilização política, pela consciência e pelo medo, em nome da superação de situações extraordinárias que se sucediam sem interrupção, com pouquíssimos estímulos econômicos, sobretudo aqueles provenientes dos mecanismos de mercado.

A economia e a sociedade soviéticas, como um conjunto, reivindicavam agora, como pré-requisito de sua vigência como alternativa de progresso, o caráter *intensivo*, baseado no *melhor – melhor* rendimento, *melhor* eficiência, poupança, etc.. Um crescimento auto-sustentado, voltado para a superação da inércia das estruturas e do modelo de êxitos obtidos no passado. Tratava-se, em primeiro lugar, da inexistência, no interior das estruturas tradicionais, de qualquer mecanismo econômico de *redistribuição de recursos* em favor das indústrias e de setores de *ponta*.

Uma nova economia deveria orientar-se com base em impulsos *econômicos*, de baixo para cima, e na consideração dos padrões *contemporâneos de consumo individual*, na ampliação do progresso técnico, no auge qualitativo dos elementos de mercado, na gestão econômica, na maior autonomia das empresas, na interação orgânica e integral entre a ciência e a produção e entre a economia nacional e internacional.

Transitar das tendências de *retroalimentação para as de auto-regulação* em outras esferas da sociedade pressupunha a descentralização da gestão administrativa e política, o controle e a participação por baixo e os elementos de uma certa democratização política.

As exigências inescapáveis da próxima fase de desenvolvimento poderiam ser realizadas segundo diferentes projetos histórico-sociais teoricamente possíveis: o *revolucionário socialista* – os *submodelos guevarista e praguense* –; o tecnocrata-reformista, com ou sem evolução das instituições políticas e do poder; a virada em direção ao capitalismo contemporâneo.

Naquela altura, estas três hipóteses ainda eram possíveis, inclusive a socialista. Havia uma base produtiva adequada, um avançado nível cultural, elementos reforçados de consciência socialista na maioria da população, uma situação internacional favorável. Havia ainda tempo e espaço para manobras políticas e econômicas.

XVI

Confrontada com estas múltiplas variantes de futuro, a estatocracia escolheu e impôs a *pior: prosseguir sem mudar*. Ou, para ser mais exato, uma única mudança, em relação ao passado mais imediato – o período de N. Khruchev – suprimir as mudanças efetuadas. Não à mudança estrutural, não à

renovação, mas o *continuismo* e a *estabilidade*, estes foram os lemas da *nova época*.

A destituição do *troublemaker* N. Khruchev, em outubro de 1964, a intervenção vergonhosa, ignominiosa e fatal contra a revolução socialista e democrática na Tchecoslováquia, a dissimulada sabotagem da reforma de 1965, a tagarelice dos anos posteriores – estes foram os marcos da reação conservadora. Quase incruenta, se comparada com o passado stalinista. Porém, não menos fatal para o futuro do projeto que teve início em 1917. De fato, tratava-se de um golpe mortal, assestado no *desenvolvimento alternativo* e na eventual tendência de ressurreição da orientação socialista, numa palavra, a *segunda morte da Revolução Russa*.

Mais uma vez, a mesma questão: por que o êxito dos conservadores e da contra-reforma?

Todos os condicionamentos decisivos desta provinham – de um modo ou de outro – da própria tragédia da primeira morte da Revolução e do massacre de 1941–1945. Ou de fatores muito mais tradicionais, que a explicaram:

- a enorme força de *inércia*, tradicional na sociedade pré-revolucionária russa, restaurada e depois enfatizada no quadro da modernização pós-nepista, que tornaria tão difícil a adaptação da sociedade às mudanças necessárias;
- a inércia dos êxitos do modelo anterior: as falhas, então, eram evidentes apenas para os especialistas;
- no interior do sistema quase não existiam, como na fase stalinista, mecanismos de desenvolvimento auto-sustentado, seja de mercado, seja de elementos da sociedade civil, ou de um regime baseado na democracia política representativa ou participativa, estrangulados em 1919-1932. O processo sempre orientou-se de cima para baixo, quase que completamente dependente da *estatocracia*;
- a força e o enraizamento da estatocracia eram muito maiores na década de 1960 do que na de 1930. Ela saíra do decênio de Khruchev ganhando pela desestalinização e sem perder pela democratização. Uma camada formada e selecionada – ao longo da repressão e da guerra – pelo crivo da mediocridade, o que favorecia a cristalização de interesses distintos dos da sociedade, voltada para a mudança.

A estatocracia percebia que o desenvolvimento auto-sustentado e intensivo, a abertura para o mercado e para o Ocidente iriam golpear e corroer a base de seu poder, o monopólio de decidir, de distribuir e dirigir.

Em torno de si, interligavam-se interesses e ações – ou omissões – de atores sociais e políticos *mais concretos*: a defesa da monopropriedade – de fato – e do monopoder – *de jure* – por parte do aparelho do PCUS e da administração central. Os interesses do *complexo* industrial-militar, cioso de que as novas inversões fossem canalizadas para o *seu* setor, longe dos interesses do consumo popular e dos imperativos de equilíbrio econômico, não permitindo o ascenso das frações rivais – tecnocratas, intelectuais, *jovens*, *meritocratas*. E os da *velha burocracia*, defendendo a *comodidade* de suas poltronas, aliados aos *sacerdotes* do dogma ideológico, etc., etc. Pois a opção da estatocracia contra a mudança, contra a autonomia da sociedade, em favor do *monolitismo monopólico*, contra a

reorientação ao socialismo, era *racional*. Racional, embora com frequência espontânea, em certa medida inconsciente, do ponto de vista de seu *interesse corporativo*, oferecendo uma resistência reacionária, gatopardista, à mudança, separando-se, em função disto, e definitivamente, dos interesses da sociedade.

E o povo, já por duas vezes *usurpado*, nos decênios de 1930 e 1940, e em sua imensa maioria desorientado – ao menos até a intervenção em Praga – nem percebeu o que acontecia.

Assim, foi aberto o caminho ao bloqueio estrutural cada vez mais abrangente, a uma nova crise estrutural – desde meados da década de 1970 – que abarcaria, sucessivamente, todas as esferas da sociedade soviética. Na seqüência, o revés frente à decisiva competição com o Ocidente em 1970-1980, uma agonia de quinze anos, e a última tentativa de encontrar a saída da crise, ressuscitando a Revolução duas vezes morta, empreendida pelo último reformador, M. Gorbachev.

XVII

Talvez o primeiro sinal anunciador da profundidade da crise geral iminente veio da esfera ideológica. A partir de 1970 evidenciou-se uma queda vertical da fé da intelectualidade, da juventude e, depois, da maioria da população urbana. Não apenas à propaganda oficial e corrente (Praha, a invasão da Tchecoslováquia), mas também aos valores e aos símbolos sacrossantos da ideologia oficial, *socialista*.

Durante a década de 1970, este processo de desideologização e desmoralização, no que se refere, sobretudo, ao trabalho, expandiu-se e aprofundou-se. O pragmatismo e o cinismo dos dirigentes, a corrupção, o crescimento dos privilégios, conduziram à desconfiança total e ao cinismo das massas.

Depois de um breve *intermezzo* nos primeiros anos da década, foram surgindo os sinais de esgotamento de recursos na economia, em todos os níveis, para a continuação dos padrões de crescimento extensivo (faltavam matérias-primas, produtos, mão-de-obra, rublos e até mesmo o entusiasmo popular). Ao mesmo tempo, inexistiam mecanismos e incentivos para o crescimento intensivo. Sucessivamente, apareciam os pontos de estrangulamento. Nem as empresas nem os trabalhadores estavam interessados em superá-los.

A economia estava absolutamente inerte, refratária e insensível ao *progresso técnico*, com exceção da indústria de guerra, e à *motivação econômica*. O plano transformava-se em obra de ficção, embora a economia continuasse sendo oficialmente planejada a partir do Centro.

Cada empresa tinha de produzir *mais*, segundo os índices baixados pelo Centro. No mínimo, um *pouco mais* (ou ... menos), para receber o prêmio. O que realmente importava eram os *jeitos* – as manipulações – das cifras. Se a produção era muito importante para a sociedade ou para a defesa, nem isso era considerado.

A reforma econômica de 1965 foi frustrada no nascedouro. Assim, *o ritmo de crescimento*, inclusive *segundo os dados oficiais*, diminuiu *duas vezes*. Hoje sabemos que, desde 1975, *era nulo*.

Nestas condições tornou-se cada vez mais difícil, senão impossível, manter altos índices de investimento extensivo (mais fábricas!), ou gastos militares (mais tanques e mísseis!), ou sociais (mais moradias e bens de consumo). Como já não bastavam as taxas de acumulação interna, a economia soviética abriu-se drasticamente para o Ocidente, segundo o modelo dos países do Terceiro Mundo. Apesar disso, a crise financeira tornou-se cada vez mais forte e o orçamento só conseguia equilibrar-se graças a duas torrentes de líquido.

De um lado, a que provinha dos campos petrolíferos da Sibéria – descobertos na década de 1960 e sistematicamente explorados desde o início do decênio de 1970 . O petróleo acabou sendo nossa desgraça maior, a base material da estagnação e do imobilismo. Os bilhões de dólares, mais de 250 no total, recebidos pela URSS, nos deram a possibilidade de importar produtos manufaturados e agrícolas de consumo – cuja escassez aumentaria as tensões sociais – e conservar enormes gastos militares – já desnecessários, depois de alcançado o equilíbrio estratégico obtido em fins da década de 1960 -, sem mudar nada na economia e freando o próprio desenvolvimento tecnológico: – Para que, se podemos importar?

A outra torrente, esta entornada *para dentro*, foi a *da vodka*. Todas as limitações para a produção e distribuição estatais foram revogadas. Em conseqüência, até 1984, o consumo de álcool chegou a noventa litros por habitante, afetando 30% do fundo genético da nação. Tudo isto para arrecadar mais dinheiro para o Estado.

Como as torrentes não solucionavam os problemas, recorreu-se a *empréstimos* no Ocidente. Ao *fundo de amortização*. Ao de *aposentadoria*. Ao *financiamento deficitário*, sem reconhecê-lo. E pouco a pouco, *cortando os gastos sociais*, os santos foram sendo despedidos.

As conseqüências psicológicas desta deterioração ou estagnação não se fizeram esperar. Tanto mais porque ocorriam num contexto de crescimento vertiginoso, insólito, dos privilégios da estatocracia, nesta altura já percebida pela maioria como *também* incapaz. Tal fenômeno não pode ser subestimado, em virtude do papel desempenhado pela ideologia no sistema de Estado. Ela constituía-se no obstáculo principal, na época pós-stalinista, entre o Estado concebido como propriedade privada da burocracia (K. Marx) e a ânsia dos *estatocratas* em privatizá-la, *transformando-a em propriedade corporativa e pessoal*. Ora, uma vez que a ideologia baseada na negação da propriedade privada deixava de atuar, o processo adquiria um crescente conteúdo crítico.

A época da estagnação, em direção à da putrefação, foi também uma época de procriação enorme do aparelho, do envelhecimento da estatocracia, da sua estabilidade desejada, ansiada. Sem medo do tirano, ou dos órgãos repressivos, ou da rotatividade, sem *troublemakers* nas próprias fileiras, com *status* hereditário em gestação, esta foi, na verdade, a *idade de ouro* da estatocracia...

Foi também a época do aumento qualitativo da corrupção – *de baixo, de lado e, sobretudo, de cima*.

Outra mudança importantíssima ocorreu na década de 1970 com a *infantaria* da estatocracia: os dirigentes e administradores da indústria e da

economia. A desorganização e a desintegração paulatinas do planejamento vertical levaram ao aumento drástico das relações horizontais, freqüentemente semilegais. Formou-se um mercado específico, deformado, dos *dirigentes*. Um mercado de *cartéis*, de barganhas, de trocas de mercadorias. Tais relações tornavam o Gosplan supérfluo e acumulavam nas mãos dos dirigentes não só o usufruto da propriedade estatal como também a *riqueza real*. O mesmo acontecia com a economia da sombra, informal, criminosa, que parasitava no interior da produção, da economia estatal, aproveitando-se de seu crescimento, fazendo do déficit uma fonte de lucros. Apareciam as primeiras fortunas clandestinas, formando-se as habilitações necessárias...

Neste processo de evolução/involução gradual, a psicologia de uma parcela crescente da estatocracia transformou-se também. De *empregados*, tornaram-se *usufrutuários*, cada vez mais relutantes em aceitar o controle do Centro (Gosplan), do Partido (comitês de distrito) ou da *ideologia* (que proclamava ilícitas suas ânsias e possibilidades de enriquecimento pessoal, além de desqualificar o direito de legar e herdar a nova riqueza de hoje e de amanhã). Além disso, a situação continuava frágil, porque os estatocratas, perdendo o cargo, perderiam quase tudo, continuando completamente dependentes dos controles verticais estatais-administrativos como da ordem e do controle partidários.

Nasceu então a aspiração a algo parecido à propriedade: a procura, de início inconsciente, de um novo tipo de relações sociais. A *rejeição* à ideologia, já disfuncional para o seu domínio, e cada vez mais estranha. A rejeição ao Partido, estrutura estatal estorvadora, rival e perigosa.

Assim, em fins do decênio de 1970, o processo de desideologização e de desmoralização afetou profundamente a própria estatocracia.

A população, que sabia ou intuía o que acontecia *em cima*, acompanhava sem a menor confiança, ou respeito, o poder e a sua *gente* – *eles*. Entretanto, havia um compromisso social específico: eles fingem que nos pagam um salário adequado, nós fingimos *trabalhar* – bebendo. Uma certa estabilidade do nível de vida (o petróleo!), um crescimento do salário maior do que a elevação dos preços (cerca de 1% por ano), favoreciam o compromisso num contexto de estagnação geral da economia e da sociedade.

Nestas condições a URSS entrava numa *nova crise sistêmica*, a segunda do século XX. A crise latente em 1965–1970 vinha agora à superfície, transformando-se, em meados da década de 1970, num fenômeno presente na consciência dos intelectuais, e passando a abranger, no começo do decênio de 1980, todos os níveis e relações da sociedade.

A maior parte dos mecanismos do sistema, em sua dinâmica interna e em suas relações recíprocas, já não funcionava. Uma anedota sobre os seis milagres do socialismo resumia a situação: 1) na URSS não há desemprego, mas ninguém está trabalhando; 2) ninguém trabalha, mas os planos são cumpridos; 3) os planos são cumpridos, mas não há nada nas lojas; 4) não há nada nas lojas, mas as geladeiras estão cheias; 5) as geladeiras estão cheias, mas todos estão descontentes; 6) todos estão descontentes, mas votam unanimemente a favor do governo.

Entretanto, o processo de apodrecimento das estruturas podia durar mais. A própria inércia, a debilidade dos movimentos sociais, o ambiente de *mal-estar sem desespero*, o petróleo, garantiam a lentidão e o monótono ritmo do processo. Além disso, os novos mecanismos semilegais e ilegais inseridos no sistema ao longo da década de 1970 conferiam ao mesmo uma certa lubrificação e flexibilidade, propiciando estabilidade dentro da inércia.

Segundo os cálculos atuais, o colapso econômico provocado pelos fatores internos deveria explodir por volta de 1995. Contudo, a involução dos anos 1970–1980 tornou a URSS internacionalmente vulnerável no sentido concreto e no sentido histórico. Assim, uma outra condição que fez ruir o caráter *alternativo* do desenvolvimento da URSS e precipitou o desenlace da crise estrutural – arrematando a Revolução de 1917 – veio de fora.

Hoje sabemos que os anos ganhos pela estatocracia para prorrogar o monopólio de seu domínio, anos desgastados sem pena nem glória, fizeram irreformável o sistema alternativo em crise.

Enquanto isto, no período 1970–1980, o capitalismo avançado passou sem convulsões maiores pela primeira fase de sua segunda crise estrutural do século. Rompeu a barreira das altas tecnologias, entrando na fase dos microchips, da globalização, da pós-industrialização...

Já na URSS, o *sistema das estruturas estatais*, com a sociedade tragada e digerida por elas no processo da industrialização/modernização forçada, incapaz, pelas opções tomadas no decênio de 1960, de estímulos para a auto-superação e o autodesenvolvimento, impedia, *bloqueava todos os impulsos provindos da nova revolução técnico-científica, do pós-industrialismo e da nova situação global*. Aferrado a estruturas obsoletas, às vantagens e sucessos do passado, sem perceber sua rápida decadência.

Os resultados funestos não se fizeram esperar. Tão concretos quanto estruturais e históricos (iguais ou semelhantes aos colhidos pela América Latina na década de 1980).

A situação de atraso quantitativo dos anos anteriores transformou-se numa situação de ruptura qualitativa. O esforço das gerações anteriores, durante décadas, desvalorizava-se. Mais uma vez o Ocidente estava qualitativamente na frente, ganhando a competição e eliminando – de fato – o caráter alternativo do desenvolvimento econômico e histórico da URSS e de todo o campo socialista. Não se tratava apenas do impacto ideológico ou/e psicológico. O pessoal mais inteligente, informado e responsável da nomenclatura percebeu que, apesar de todo o barulho triunfalista da propaganda, em cinco, dez ou quinze anos, *perderíamos o equilíbrio estratégico-militar alcançado com os EUA*.

Com a perda da *paridade* estratégica, perdíamos, por assim dizer, a *independência estrutural*. E foi por isto, e não por outras razões – uma ameaça imediata de colapso econômico, a pressão e o protesto das massas, o movimento democrático ou a uma luta aberta entre os de cima – que os setores mais influentes da estatocracia entenderam afinal que aquilo não podia durar.

Assim, desencadeou-se o *processo de mudanças*, com I. Andropov, que, alguns anos mais tarde, já com M. Gorbachev, desembocou na *Perestroika*. Resultou da convergência e da acumulação de processos internos de pressão,

entre os quais, principalmente, a crise estrutural, e externos, entre os quais, as mudanças no Ocidente, a nova situação global e a ameaça para a independência, este último o fator de maior urgência. Foram estes processos que condicionaram a *Perestroika* e determinaram seu caráter original, de processo *de cima para baixo*. E, em função disto, o seu desenlace.

XVIII

A nosso ver, o pouco que tínhamos a merecer o nome de socialista na sociedade soviética, em meados da década de 1960, desapareceria nos vinte anos seguintes. A saber:

- os elementos de *consciência* propriamente socialista existentes na maioria das pessoas;
- a política internacional da URSS, essencialmente *a favor das lutas de libertação nacional*;
- o orçamento das *despesas sociais*, muito maiores do que as consentidas por outras sociedades no mundo;
- o caráter *planejado do desenvolvimento econômico*;
- o ritmo deste desenvolvimento, superior ao do Ocidente, e a obtenção da superioridade em terrenos importantes do progresso técnico-científico (este índice, a rigor, também foi alcançado pelo Japão, portanto, não pode ser configurado *como socialista*, mas constituía a prova de que o não-capitalismo podia *fazer o mesmo*, que o capitalismo, *ou melhor* que este, o que favorecia a confiança no socialismo).

Iam já desaparecendo elementos muito importantes do *desenvolvimento alternativo*, não capitalista, tais como:

- o caráter *móvel* das mudanças estruturais radicais do processo de evolução da sociedade;
- a extraordinária mobilidade social ascendente e a inexistência de castas fechadas *em cima*;
- o caráter *puramente estatista* da apropriação (todos os salários pagos pelo Estado) e das rendas da camada governante, desencadeando o processo da transformação da estatocracia em *burguesia de Estado*.

Ao mesmo tempo, entre as décadas de 1960 e 1980, não foi dado um só passo no sentido da democracia, da participação da sociedade civil, do controle popular, da desalienação, da maior igualdade social.

Ou seja, o processo de 1953-1964 não foi mantido, mas *invertido*. A contra-reforma conservadora consolidou a orientação anti-socialista da contra-revolução violenta stalinista. E sem levar, como esta, ao monstruoso *sacrifício humano*, ao menos nos limites da URSS, sacrificou o desenvolvimento. A ausência, ou deficiência extrema, dos mecanismos de adaptação, autocorreção e auto-superação do sistema *congelado* levou à sua plena incapacidade de assimilar as mudanças qualitativas geradas no Ocidente e no mundo.

Assim, a superação pelas sociedades do capitalismo avançado de sua *fase anterior*, a da produção e consumo de massa, e de toda uma época – de mais de duzentos anos – de desenvolvimento industrial e nacional, anulou a competitividade do projeto alternativo, assestando neste um golpe demolidor.

XIX

A astuta história, entretanto, condenou a variante da extinção *paulatina e imperceptível* da sociedade alternativa – preferiu uma outra, com epílogo crítico, o da última tentativa, última esperança, o da terceira morte da Revolução.

Já falamos das *razões* profundas e imediatas do último ciclo reformista dentro do desenvolvimento *deliberadamente alternativo*. Para os autores das reformas, tratava-se de *renovar o sistema socialista* através de uma série de procedimentos:

- reforma de prioridades e ênfases na política industrial em favor de *áreas de ponta* (a aceleração! dos anos 1985–1986);
- reforma radical da gestão econômica em favor dos mecanismos de retroalimentação, de mercado e de autonomia das empresas (a *Perestroika!* dos anos 1986-1987);
- mudança na gestão ideológica e política em favor da transparência informativa – *glasnost*. Liberdade cada vez mais ampliada da palavra e do pensamento, admissão de elementos de pluralismo político (a democratização! dos anos 1987-1988).

A partir de 1988, o processo dirigido e conduzido por cima começou a integrar a população. Em seguida, surgiram e se impuseram as forças de *oposição política*.

Nos anos 1989–1991, iniciou-se o processo de profunda mudança nas relações econômicas, a privatização, de fato, pelos dirigentes da economia estatal, entrelaçada com a cristalização dos setores privados. Já nestes anos, delineou-se a ameaça de que os processos de *renovação do socialismo* estavam se voltando contra os fundamentos alternativos do sistema, contra a própria integridade da URSS – e em favor da virada para o capitalismo. Em 1991, estas perspectivas tornaram-se realidade.

Depois da tentativa desesperada e fracassada dos conservadores de deter pela força o processo de desintegração (agosto de 1991), fracasso devido à indiferença e à hostilidade do povo (em Moscou e Leningrado houve intervenção ativa da população), assim como à *traição* da maior parte da própria nomenclatura, ascendeu ao poder nas várias repúblicas a parte mais conservadora, *mais à direita*, da ex-nomenclatura, aliada com os liberais pró-ocidentais e nacionalistas.

O novo poder anunciou a mudança da ideologia, a supressão formal do caminho alternativo ao desenvolvimento em nome da restauração do caminho civilizado, capitalista, do enriquecimento e do anti-socialismo. A Revolução de 1917, sobretudo a de Outubro, foi caracterizada como um *golpe*, uma violência e um crime contra o povo e a história.

A Rússia entrou numa nova fase de sua história tão movimentada do século XX.

A parte seguinte desta história – o fracasso do *grande salto* ao capitalismo, a crise total da economia, da cultura e da sociedade na Rússia, o golpe autoritário de B. Yeltsin, o fim do movimento democrático, a guerra travada e perdida no Cáucaso, as lutas de clãs no poder, a criminalização total do poder e da sociedade

e outras belezas da década, do processo de degradação forçada que veio substituindo a podridão das décadas anteriores – já não pertence à nossa exposição.

XX

Por que fracassou a *Perestroika*? O problema tem recebido diferentes enfoques.

Um primeiro enfoque enfatiza as falhas e os pontos de estrangulamento *concretos* da tentativa de transformação. As contradições internas do processo quase revolucionário concebido fora de uma situação revolucionária, dirigido estritamente de cima, pelo aparelho, com o aparelho – e contra o aparelho. Um processo que reivindicava um esforço supercentralizado, e às vezes antidemocrático, para descentralizar e democratizar, pressupondo a possibilidade – e o imperativo – de substituir a linha de montagem sem pará-la, ou, em outras palavras, reconstruir por completo a casa sem desalojar os inquilinos.

Acabou sendo muito difícil transformar radicalmente a totalidade das estruturas pela via das reformas e do consenso numa sociedade que não tinha precisamente uma tradição reformista enraizada, baseada nos compromissos políticos.

Esta relação de dificuldades, de estorvos e de armadilhas do projeto pode continuar. Só cinco anos depois de iniciado o processo de renovação/trans transformação, começou-se a perceber o quanto se havia subestimado as deficiências do sistema, o grau de seu apodrecimento, assim como a tenacidade de sua resistência frente aos esforços pela sua superação gradual – a desmontagem de veludo.

O caráter orgânico do mecanismo de engrenagens do sistema, o grau de *inércia* alcançado, tanto em relação às reformas, quanto a respeito do seu colapso, a decomposição econômica e inclusive social, a sua irreformabilidade geral, eram muito maiores do que se supunha.

Não foi devidamente avaliada a disposição psicológica das massas, aquela insólita mistura de mal-estar sem desespero, de apatia política e de ódio aos privilégios e à hipocrisia oficiais, a alienação, o afastamento em relação aos dogmas e a à ideologia do socialismo real e a adaptação e acatamento às suas normas e possibilidades. O culto ao consumo, a disposição a enriquecer fora do Estado, sobretudo entre os jovens, e o despreparo psicológico perante os valores e mentalidades do capitalismo contemporâneo.

A equipe dos reformadores, entre os quais o próprio M. Gorbachev, não percebiam o quanto eram anti-socialistas e pró-ocidentais a mentalidade e os anseios da maioria da alta intelectualidade. M. Gorbachev, e isto foi importantíssimo, não tinha também nenhuma compreensão das tendências e inclinações *privatizantes* de grande parte da estatocracia. Pode-se dizer talvez que a equipe de M. Gorbachev, cada vez mais reduzida, estava mais preparada para enfrentar a resistência política ativa dos conservadores do que a traição passiva dos administradores.

Sem esta consciência, era impossível calcular e traçar a estratégia de transformação, encontrar a base de apoio nas massas e nas elites, precaver-se

contra as armadilhas possíveis, prever os resultados das próprias ações, as forças que vão apoiar até o fim ..., ou seja, jogar xadrez. Mas o jogo de M. Gorbatchev parecia mais o dominó (não mencionaremos aqui os erros e debilidades individuais de M. Gorbatchev).

Em consequência, o grupo de M. Gorbatchev, depois de seis anos do início das transformações, estava num isolamento quase total e vulnerável por todos os lados.

Existem enfoques mais simples – ou de *síntese*. Segundo estes, a razão principal do fracasso radicou no fato de que o sistema era tão apodrecido e tão emparedado, que, em princípio, não poderia ser reformado, só destruído. Conforme outros, o principal erro foi o de não seguir o modelo chinês: primeiro, reformar a economia, aumentar o bem estar da população e consolidar o sistema reformado – e só depois começar as reformas políticas, a democratização.

Na tentativa de reiniciar, na década de 1980, o movimento empreendido em 1917, algo foi obtido nos anos 1986-1988. Por um par de anos o crescimento acelerou-se. Com a ressurreição dos elementos da democracia política, da participação, com a ativação das massas, reapareceram, pela primeira vez em sessenta anos, as relações próprias de um *caminho para o socialismo*.

Entretanto, o ritmo lento do movimento acabou sendo fatal – o que deu vantagem decisiva às forças pró-capitalistas, favoráveis à mudança total, já que estas não vacilaram em conclamar à *transformação da reforma em revolução política antinomenclatura*, com um apelo formalmente bastante semelhante ao dos bolcheviques em 1917 (poder aos soviets! abaixo os privilégios! terra aos camponeses! autogestão operária! contra o golpe militar! pela autodeterminação dos povos!).

Em sentido contrário, a equipe dos reformistas *social-democratas* (ou socialistas de esquerda) comportava-se de modo análogo ao dos correligionários do Governo Provisório de 1917. Não se atreveu a *liderar* a rebeldia popular, em grande parte com motivações socialistas, contra o sistema, lançando e realizando, por exemplo, a palavra de ordem pela *eliminação dos privilégios*. Nem lutando seriamente pela transformação da URSS numa Confederação.

O *antiestatocratismo* espontâneo das massas – e suas reivindicações nacional-étnicas –, não encontrando uma *saída pela esquerda*, foram desviados para o leito do anticomunismo, do anti-socialismo e da secessão.

Para este resultado, combinaram-se a indecisão dos reformistas, a defesa do passado, inclusive do stalinismo, ou de parte dele, pelos conservadores do aparelho, e a extrema debilidade política e organizativa da *esquerda da sociedade civil*. O paralelismo com a situação histórica e concreta de 1917 salta aos olhos.

Assim, o processo dos anos 1985-1991 trouxe, como resultado final, o desprestígio e uma ainda maior deslegitimação, formal e explícita, da ideologia, da imagem e da própria palavra *socialismo* na parcela mais ativa da população. E isto, mais tarde, no decênio de 1990, serviria de amparo, de *colchão amortecedor* político, para o super-roubo *capitalista* por parte da própria estatocracia – já se transformando em *cleptocracia*, em burguesia de Estado e em burguesia *par excellence*.

XXI

Esta foi a trajetória da revolução e do socialismo na Rússia/URSS no século XX. Ou, para sermos mais exatos, uma de suas *hipóteses interpretativas*.

Uma história de *assalto ao céu e à terra*, de triunfos, desfiladeiros difíceis, de esforços sobre-humanos, tragédias e façanhas, fraudes e reveses. Um processo vivido com tanta intensidade que, apesar de tudo, das milhões de vidas perdidas, o espírito, a alma da revolução, ou, ao menos, algo de sua alma, permaneceu vivo durante meio século. Alguns elementos de sua inércia ainda podem ser sentidos na psicologia e na ideologia das pessoas com cinquenta anos ou mais, inclusive hoje. Por algum motivo, o dia 7 de novembro continua sendo percebido por 47% da população como um dia de festa.

Entretanto, não vale a pena enganar-se. O acúmulo de frustrações, o cansaço da história, o trauma da década de 1990 e a ruptura geracional produziram efeitos. Hoje, o potencial do socialismo na Rússia é menor do que há oitenta anos. Pelas condições globais, mas também pelas condições nacionais. Tanto pelo declínio do potencial de protesto e de solidariedade coletivos, quanto pelo enfraquecimento da atração positiva das idéias e da mística do socialismo.

Ao mesmo tempo, a Rússia perdeu a maior parte dos frutos, das realizações e do desenvolvimento alternativo da URSS. Uns, destruídos. As outras, desvalorizadas. O último, deteriorado a ponto de desaparecer. A superação do atraso, a independência estrutural, a integridade do país, já não existem. A própria sobrevivência das pessoas, do povo, estão, mais uma vez, ameaçados. E o povo está sem dinâmica, cansado, sem alma.

A situação de 1997 é pior do que a de 1913, a de 1917, ou a de 1923. É uma triste verdade e uma triste realidade. Além disso, não existe, acreditamos, a perspectiva real de superá-la nas próximas décadas. Pela inexistência de sujeitos sociais coletivos e pela situação global.

Tanto maior é a responsabilidade – ou *méritos históricos* – dos que provocaram esta situação.

A contra-revolução stalinista, a contra-reforma do corpo estatocrático, os que levaram à restauração da década de 1990. A invasão nazista e a corrida armamentista imposta pelos EUA.

E dos que não souberam, não soubemos, resistir à contra-revolução, à contra-reforma e à restauração.

XXII

Não se trata, entretanto, apenas de apontar responsáveis, inimigos e derrotados.

Esta história exige que se reflita também sobre os erros, as lições que podem advir da experiência socialista e *alternativa* da Eurásia.

Alguns já são bastante óbvios, outros ainda estão em discussão ...

Assim, a história demonstrou o quanto é arriscada qualquer tentativa de *engenharia social*, de construção de uma sociedade *de cima para baixo*, conforme uma teoria, um plano ideal e ideológico.

A probabilidade real de êxito de um processo de construção social depende de sua adequação a tendências reais, objetivas, da vida e da sociedade.

E de ter (exceção feita a situações extraordinárias, como a guerra) uma lógica de desenvolvimento auto-sustentado, capaz de responder às mudanças de meio ambiente, a novos estímulos e a crises.

Uma referência mais concreta, porém de suma importância, diz respeito ao caráter pernicioso da *utopia monolítica*, sua perspectiva de impor, de prescrever a homogeneidade estrutural, baseada em valores ideológicos e/ou teóricos, para todos os níveis e esferas de uma dada sociedade. As estruturas devem desenvolver-se organicamente, de *baixo para cima*, da forma mais ampla possível, obedecendo sobretudo a impulsos de auto-sustentação, de acordo com os interesses materiais e sociais da população.

A *heterogeneidade* das estruturas não necessariamente representa uma *debilidade* a superar pelo progresso da sociedade. Pode ser um ponto forte. O mesmo é válido para os momentos de espontaneidade do processo.

Daí os questionamentos atuais sobre o acerto das concepções de *revolução invertida* de Lenin, do *atalho* do Che: sua realização depende antes de tudo do fator individual, do gênio do chefe.

Tais reflexões nos levam a lições que já não podem provocar dúvidas:

- A da *importância da democracia*. Sem democracia política, sem participação real das pessoas, pode-se dar, sem dúvida, o desenvolvimento alternativo. Mas nunca um desenvolvimento que leve ao socialismo, com um sentido de solidariedade e justiça social.
- A *relativa ao Estado*. As equações *Socialismo = Estado; Mais Estado = Mais Socialismo; Estatização = Socialização* e tantas outras semelhantes não passam de falácia simplista ou/e interessada. E sumamente perigosa.

Depois do afastamento da burguesia do poder, o adversário interno mais forte, perigoso e estável da revolução e do socialismo provém das próprias entranhas do Estado pós-revolucionário. A aposta na *bondade inata*, congênita, do aparelho de estado não-burguês está bem morta e enterrada. Também é preciso referir o miniproblema conexo dos privilégios. Não existe nenhuma dúvida de que se trata do pior veneno para as estruturas e para o desenvolvimento socialistas, o método mais eficaz para alienar as massas das primeiras e do segundo.

XXIII

E então? Arávamos o mar?

Todo o esforço, o heroísmo, os sonhos, a luta, os sacrifícios, tudo foi em vão?

Pagamos o preço dos precursores?

Ou dos *sapadores*? Ou dos habitantes das vastidões de fronteira entre duas civilizações? Ou dos portadores eternos do utopismo ou do estatismo, ou da mestiçagem russa dos dois?

Acreditamos que *sim*, um pouco de tudo isto.

Mas acreditamos que *não* foi em vão.

Inclusive para o próprio país. Apesar de...

Vejam outras hipóteses contrafactuais de história.

Se não fosse a Revolução Russa de 1917, teríamos um mínimo de chances

de escapar de um destino nada invejável, o de tornarmo-nos a mãe-pátria do fenômeno que, mais tarde, recebeu o nome de fascismo. Ou seja, o destino alternativo, quase vitorioso, seria a ditadura nacionalista contra-revolucionária super-repressiva da burocracia militar pró-capitalista, capaz de promover o holocausto social, algo semelhante, mas infinitamente mais feroz, ao que viveriam os países da América Latina nas décadas de 1960 e 1970.

Depois de quinze anos, um regime como este provavelmente se aliaria aos da Alemanha, da Itália, do Japão e talvez pudessem apoderar-se do planeta.

Uma outra hipótese: a guerra da Alemanha nazista contra uma Rússia burguesa. Sabemos o resultado dos anos 1914-1917. Só que a Alemanha de então era muito mais débil – e não esqueçamos que o nazismo foi uma resposta à Paz de Versalhes e não a Outubro de 1917.

De fato, já estamos passando a um tema próximo: O impacto da Revolução de 1917 na história do século e no destino do mundo.

O *grande medo* provocado pela Revolução Russa, pela existência de uma URSS alternativa, e por sua vitória na guerra contra o nazismo, foi a razão principal para que a burguesia ocidental *não resistisse até à morte* às reformas radicais dos dois pós-guerras que criaram o capitalismo contemporâneo, o *Estado Benefactor*, a *sociedade dos dois terços*.

Foi pelo exemplo criado pela Revolução de 1917, pela existência do Estado Soviético, por sua vitória na guerra de 1941-1945 e por sua ajuda aos povos rebeldes do sul, armados pela URSS, que se desagregaram os impérios coloniais, em 15-30 anos, sem que isto desembocasse em guerras globais.

Foi graças à existência e ao esforço do país criado pela Revolução de 1917 que o mundo conseguiu escapar de uma situação de monopólio nuclear por parte dos EUA – e dos perigos que daí poderiam provir –, formando-se o mundo bipolar e advindo, em conseqüência, todas as vantagens de que souberam tirar proveito os países e povos do Terceiro Mundo. Em virtude de todas estas décadas *ganhas*, é que a situação monocêntrica do decênio de 1990 pode vir a ser apenas transitória – já que o *mundo chinês* está em vias de assumir o papel desempenhado pela URSS.

Finalmente, e mais uma vez, enfatizaremos a contribuição possivelmente principal da Revolução de Outubro: foram a URSS e o seu povo que, no contexto da crise estrutural mais violenta do capitalismo, salvaram a humanidade do maior perigo de sua história: o milênio da dominação nazista. Para captar a realidade desta ameaça, basta formular a hipótese de um bloco fascista triunfante dotado de armas nucleares.

Em resumo, foi pela Revolução três vezes morta de 1917 que a humanidade conseguiu atravessar os desfiladeiros mais duros e estreitos do século mais difícil e perigoso da história humana. Como se impactado pela luz de uma estrela extinta, ou apagada.

Os efeitos positivos da Revolução acabaram sendo muito mais duradouros, e mesmo irreversíveis, para o mundo do que para o país onde ocorreu a Revolução. Todo o desenvolvimento político e, em grande medida, social, da humanidade, nos três quartos de século marcados por aqueles dias de Outubro de 1917, têm a marca do seu: *Isto é possível!*

Muitos tratarão de desenvolver ou negar, enriquecer ou transformar, renovar ou dogmatizar a experiência e os ensinamentos desta Revolução – anunciadora e precursora, e devidamente crucificada, como quase sempre acontece com os profetas e precursores. Deu ao mundo a possibilidade de caminhar por outros caminhos, porque ela caminhava pelo seu.

E grande parte de sua herança não poderá ser esquecida e provavelmente permanecerá viva ao longo do próximo século.